

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA DE SERVIÇO SOCIAL – PSICÓLOGO

CADERNO DE QUESTÕES

14/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Legislação aplicada ao Setor Público	21 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Dias nublados guardam o sol atrás deles.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA**Questões de 01 a 10**

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1**Receita**

ingredientes
2 conflitos de gerações
4 esperanças perdidas
3 litros de sangue fervido
5 sonhos eróticos
2 canções dos beatles

modo de preparar

dissolva os sonhos eróticos
nos dois litros de sangue fervido
e deixe gelar seu coração.

leve a mistura ao fogo,
adicionando dois conflitos
de gerações às esperanças perdidas.

corte tudo em pedacinhos
e repita com as canções dos
beatles o mesmo processo usado
com os sonhos eróticos, mas desta
vez deixe ferver um pouco mais e
mexa até dissolver.

parte do sangue pode ser
substituído por suco de
groselha, mas os resultados
não serão os mesmos.

sirva o poema simples
ou com ilusões.

BEHR, Nicolas. Receita. In: 50 POEMAS de revolta. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2017. p. 73-74.

QUESTÃO 01

O poema utiliza a forma de uma receita culinária – com lista de ingredientes, modo de preparo e verbos de comando – como base para sua elaboração estética. Considerando essa configuração formal, essa escolha

- (A) preserva as convenções do gênero receita, mantendo finalidade instrucional voltada à execução prática do preparo descrito.
- (B) transpõe convenções do gênero receita para um formato predominantemente descritivo, priorizando a caracterização de estados afetivos.
- (C) retoma convenções do gênero receita e as transforma em recurso expressivo, combinando instruções simuladas a conteúdos metafóricos.
- (D) afasta-se das convenções do gênero receita, empregando sua aparência estrutural sem estabelecer relação funcional com esse modelo.

QUESTÃO 02

No poema, a combinação de elementos como sangue fervido, sonhos eróticos e esperanças perdidas integra metaforicamente o preparo descrito no texto. Considerando a relação entre esses componentes simbólicos e a construção da cena poética, essa reunião contribui para

- (A) indicar procedimentos operacionais voltados à conversão literal de emoções em substâncias manipuláveis conforme a lógica do preparo culinário.
- (B) compor uma representação condensada de experiências afetivas e culturais, que funcionam como matéria figurativa do processo criativo sugerido.
- (C) estabelecer uma hierarquia temática segundo a qual sentimentos dolorosos constituem a única origem legítima da produção poética.
- (D) apresentar um modelo prescritivo de criação literária baseado em parâmetros biográficos que poderiam ser generalizados como regra.

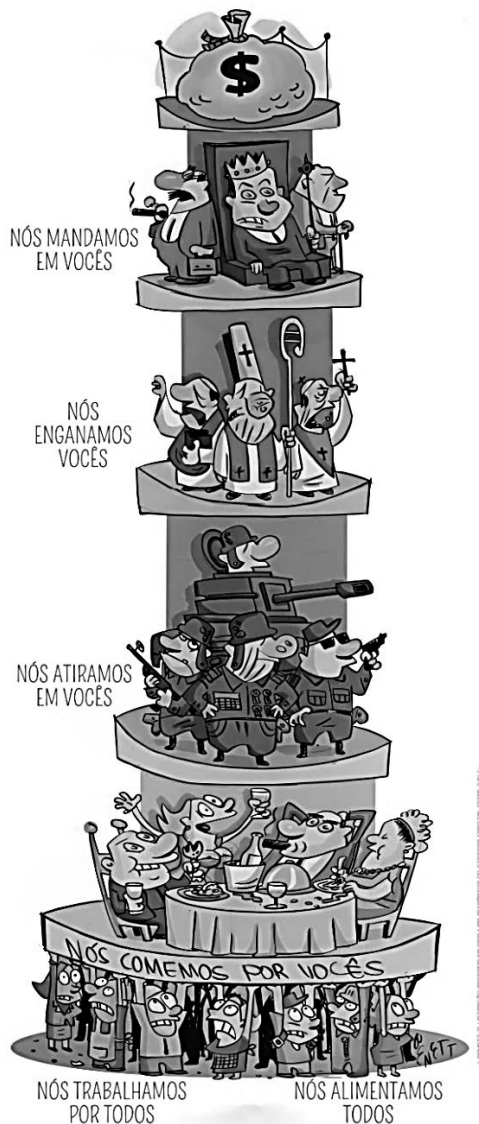
QUESTÃO 03

No poema, a lista de ingredientes combina elementos concretos e simbólicos, como “2 conflitos de gerações”, “5 sonhos eróticos” e “2 canções dos Beatles”, compondo um inventário que aproxima referências culturais da estrutura típica de receitas. Considerando os fatores de textualidade envolvidos, a referência às canções dos Beatles relaciona-se à

- (A) intencionalidade, ao sugerir que a presença das canções atende à expectativa de que textos poéticos apresentem conteúdos temáticos reconhecíveis pelo leitor.
- (B) informatividade, ao indicar que a menção aos Beatles atualiza o conteúdo do poema com a novidade de dados referentes a práticas culturais contemporâneas amplamente difundidas.
- (C) situacionalidade, ao evidenciar que o uso das canções deriva do contexto simbólico representado no poema com a simulação de situações efetivas de preparo culinário.
- (D) intertextualidade, ao integrar repertório artístico externo que passa a funcionar como componente da elaboração metafórica da receita.

QUESTÃO 04

Leia o texto a seguir.



BENNET. Pirâmide do mundo capitalista. In: SEABRA, Luciana. O absurdo da desigualdade social. *Economia Clara*, 4 out. 2010.

Na charge apresentada, repete-se a estrutura verbal em primeira pessoa do plural: “nós mandamos”, “nós enganamos”, “nós atiramos”, “nós comemos”, “nós trabalhamos” e “nós alimentamos”. Essa escolha formal opera como mecanismo de produção de sentido ao

- (A) gerar ambiguidade quanto aos limites entre as classes representadas, dificultando a distinção entre sujeitos beneficiados e sujeitos explorados.
- (B) acionar pressuposto de coletividade homogênea, sugerindo que todos os grupos envolvidos compartilham funções equivalentes na manutenção da ordem social.
- (C) mobilizar o plural verbal para produzir contraste inferencial entre segmentos dominantes e segmentos subalternizados na estrutura social retratada.
- (D) conferir neutralidade enunciativa ao discurso, minimizando a força crítica ao evitar identificação explícita dos agentes socioeconômicos.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 07**.

Texto 2

O velho (sei que eu não deveria falar “velhinho”, não é politicamente correto, deveria falar “o cidadão da terceira idade” ou o “idoso”; mas o da minha estória era um “velhinho” mesmo...), pois o velho, após 50 anos de ausência, voltava pela primeira vez ao sítio onde passara sua infância. Visitava as matas, os caminhos, o riachinho. Quantas vezes o saltara com um pulo! E resolveu fazer o que sempre fizera: pulou... e caiu no meio. Assentado na água ele comentou: “E não é que o danado do riachinho nesses anos todos alargou e eu não havia notado?”.

Aconteceu coisa parecida comigo, não com um riachinho, mas com um bujão de gás. Quantas vezes levantei um bujão de gás com u’a mão só. E foi o que fiz, corrijo-me, foi o que tentei fazer. Não realizei a proeza porque, no momento mesmo em que peguei o bujão, uma mordida no nervo da minha coluna me obrigou a largá-lo no chão. E lá fui eu, gemendo e andando como um caranguejo. Aí, como o velho, esse velho que lhes escreve, lamenta que os bujões tenham dobrado de peso sem que eu tenha sido avisado. Daí pra frente tem sido dor, tudo por causa do maldito bujão.

Já passei por várias experiências de dor. Hérnia de disco. Um ortopedista me disse que só opera hérnia de disco quando o sofredor está a ponto de cometer suicídio. Tudo, menos dor. Cálculo renal. No hospital aplicaram-me seis ampolas de Buscopan. Foi igual a água. Aí eu estava verde e comecei a vomitar de dor. O médico então disse à enfermeira: “Aplique uma Dolantina nele...” Ela aplicou. Não se passaram nem cinco minutos. Eu estava no Paraíso. Senti, então, a felicidade indescritível que não depende de prazer algum. Bastava não ter dor. Sem dor o universo é maravilhoso.

ALVES, Rubem. A dor. *Folha de S. Paulo*, 21 mar. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2103200611.htm>. Acesso em: 28 nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 05

No primeiro parágrafo da crônica, o texto apresenta informações sobre um personagem, seus deslocamentos e suas percepções ao revisitar um ambiente conhecido. Considerando a tipologia textual predominante nesse trecho, o parágrafo

- (A) privilegia um conjunto de caracterizações de espaços e impressões sensoriais, que servem de base para um quadro predominantemente descritivo.
- (B) desenvolve uma sequência centrada em ações encadeadas no tempo, que orientam a progressão do episódio relatado.
- (C) articula reflexões sobre escolhas linguísticas e julgamentos do narrador, configurando uma organização fundada em apreciações de natureza argumentativa.
- (D) organiza-se pela presença de enunciados diretos e intervenções de personagem, constituindo uma estrutura que se apoia na dinâmica da interlocução.

QUESTÃO 06

Na crônica, o narrador relata dois episódios. O efeito de humor resulta do modo como esses episódios são articulados. Considerando os mecanismos de sequenciação textual, tal efeito decorre principalmente

- (A) da variação lexical em torno dos elementos centrais de cada episódio, que intensifica o contraste entre intenção e resultado ao destacar avaliações expressivas do narrador.
- (B) do uso de conectores explicativos, que articulam os dois episódios e os transformam em justificativas diretas para refletir sobre os limites físicos da velhice.
- (C) do emprego de referência ambígua, que mistura as ações do velho e do narrador, apagando a distinção entre os dois e causando estranhamento cômico.
- (D) do paralelismo entre as duas narrativas, que repete o padrão de ação falha e cria uma referência cruzada para destacar a mudança nas condições do presente.

QUESTÃO 07

Ao relatar experiências intensas de dor e alívio, o narrador utiliza as expressões “o sofrimento está a ponto de cometer suicídio” e “Eu estava no Paraíso”, que ampliam semanticamente a percepção dos eventos narrados. Considerando os efeitos de sentido produzidos no texto, essas formulações

- (A) recorrem à hipérbole, ao intensificar a gravidade da dor, e à metáfora, ao representar o alívio extremo por meio de uma imagem simbólica.
- (B) mobilizam ironia, ao sugerir contraste crítico do sofrimento com a reação narrada, e a comparação, ao aproximar o alívio de uma experiência idealizada.
- (C) utilizam metonímia, ao substituir a dor por ações associadas a ela, e sinestesia, ao articular sensações físicas e espirituais em um mesmo enunciado.
- (D) empregam paradoxo, ao reunir ideias aparentemente contraditórias relacionadas à morte e à dor, e catacrese, ao empregar expressão que cristaliza um sentido figurado.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **08** e **09**.

Texto 3

É bem-vinda a lei que institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos de todos os Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto estabelece que a gestão pública deve obedecer a determinadas técnicas de linguagem em textos dirigidos aos cidadãos, como redigir frases curtas em ordem direta e trocar termos técnicos e jargões por sinônimos. Também não é permitido usar novas formas de flexão de gênero contrárias a normas gramaticais. Esta última regra despertou controvérsia por se referir à chamada linguagem neutra, que propõe mudanças na língua para incluir pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino – o pronome “todos” vira “todes”, adjetivos como “bonito” e “bonita” viram “bonite” ou “bonitx”, e, além de “ele” e “ela”, acrescenta-se o “elu”. Por óbvio, línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual, e é a partir do uso popular generalizado que elas são incorporadas aos dicionários. Ademais, mudanças na concordância entre as palavras – uma das consequências do gênero neutro em línguas latinas, como o português – são raras. Há um movimento em prol de maior entendimento entre Estado e sociedade. Facilitar o acesso a direitos e deveres passa necessariamente por facilitar a comunicação.

FOLHA DE S. PAULO. *Editorial*: o que a Folha pensa – Estado precisa falar a língua da população. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2025/11/estado-precisa-falar-a-lingua-da-populacao.shtml>. Acesso em: 2 dez. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 08

O Texto 3 é um editorial que acompanha a discussão sobre diretrizes legais e critérios de redação aplicados à comunicação estatal. Conforme a interpretação apresentada pelo editorial, a nova legislação, no que se refere ao uso de “formas de flexão de gênero” em textos oficiais, estabelece que

- (A) textos produzidos pela administração pública devem contemplar variações sociolinguísticas amplamente observadas, ainda que não integrem a gramática padronizada.
- (B) documentos oficiais devem adotar as flexões reconhecidas pelas normas gramaticais em vigor, evitando formas inovadoras que ainda não se integraram ao padrão exigido pelo Estado.
- (C) comunicações institucionais devem incorporar flexões alternativas associadas a demandas identitárias contemporâneas, considerando que essas formas circulam em determinados grupos sociais.
- (D) órgãos públicos devem recorrer a soluções de neutralidade linguística como forma de uniformizar a comunicação, tomando como referência práticas emergentes de uso social.

QUESTÃO 09

O editorial trata de aspectos gerais do funcionamento das línguas ao discutir a relação entre mudanças linguísticas e práticas normativas. A passagem “línguas não são imutáveis, mas alterações ocorrem de forma gradual” mobiliza um tipo de argumentação que

- (A) sugere a existência de levantamentos quantitativos que medem a velocidade de transformação das estruturas linguísticas, ainda que tais dados não sejam explicitamente mencionados no texto.
- (B) recorre a uma relação entre causa e efeito ao pressupor que modificações morfológicas adotadas por grupos específicos acarretariam mudanças obrigatórias nos sistemas normativos.
- (C) constrói uma projeção interpretativa que toma alterações possíveis nas línguas como cenários especulativos para transformações futuras em regras gramaticais.
- (D) apresenta um princípio de natureza descritiva sobre a dinâmica de funcionamento das línguas, utilizado para respaldar a ideia de que certas mudanças não se incorporam de modo imediato ao uso institucional.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.



Disponível em: <https://www.iguatamaagora.com.br/noticia/828/metaacolher-campanha-de-prevencao-ao-feminicidio>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Na peça publicitária, o enunciado “A melhor arma contra o feminicídio é a colher” aparece acompanhado da imagem de uma colher metálica em destaque. A formulação retoma e transforma um ditado amplamente difundido na cultura brasileira, produzindo um efeito de sentido que

- (A) reforça, por meio de citação literal, a concepção tradicional de que conflitos domésticos devem permanecer restritos ao âmbito privado.
- (B) neutraliza o valor simbólico da expressão proverbial ao reinterpretá-la como instrução objetiva de uso de objetos domésticos como instrumentos de autodefesa.
- (C) subverte ironicamente a lógica do provérbio original ao converter a ideia de não intervenção em incentivo explícito ao acolhimento e à denúncia da violência.
- (D) reitera o sentido literal do ditado ao associar a “colher” à passividade diante de situações de ameaça no ambiente familiar.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questões de 11 a 15****QUESTÃO 11**

O Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial de um banco que vendia títulos de crédito falsos. Essa instituição emitia um título falso com a promessa de pagar 40%, de juros simples ao ano, acima da taxa básica, que era de 15% ao ano. Um cliente comprou desse título falso no valor de R\$ 250.000,00. Após um ano, o Fundo Garantidor de Créditos irá devolver o valor aplicado, mas sem correções. Qual a diferença, em real, entre o valor prometido de juros nessa fraude e o valor dos juros se tivesse aplicado em outro banco a Juros Simples de 15% ao ano, nesse período?

- (A) 37.500.
- (B) 100.000.
- (C) 112.500.
- (D) 137.500.

QUESTÃO 12

Ao calcular a média ponderada das notas de três provas de Matemática, com pesos 1; 2 e 3 respectivamente, o estudante calculou corretamente o numerador, mas erroneamente dividiu por 3, obtendo o valor 10,0. Sabendo que a nota da segunda prova foi 6,0 e a da terceira foi 5,0, qual o valor da primeira nota (N1) e qual a média ponderada correta?

- (A) N1 = 3,0; média ponderada = 5,0.
 (B) N1 = 4,0; média ponderada = 5,5.
 (C) N1 = 5,0; média ponderada = 5,0.
 (D) N1 = 6,0; média ponderada = 5,5.

QUESTÃO 13

Uma pessoa esqueceu a sua senha para acesso a um jogo. A senha tem 4 dígitos, e cada dígito é um número de 0 a 9. Após tentar descobrir a senha, ele reuniu as seguintes informações:

- 2579: apenas três desses dígitos estão presentes na senha, já na posição correta;
- 1389: nenhum desses dígitos está presente na senha;
- 0267: apenas dois dígitos estão presentes na senha, mas ambos estão em posições erradas da senha.

Qual é a senha correta?

- (A) 0 5 7 4.
 (B) 2 4 5 7.
 (C) 2 5 7 0.
 (D) 2 5 7 4.

QUESTÃO 14

Um detetive recebe as seguintes premissas compostas A e B, sobre 3 estudantes (p, q, r) e precisa deduzir quem usou IA para fazer um trabalho escolar:

$$A = (p \vee q) \wedge r \text{ e } B = \sim(q \rightarrow \sim r)$$

Usando lógica de proposições, ele consegue argumentar e solucionar mais um caso, concluindo, com certeza, que a proposição composta verdadeira é

- (A) $\sim p \vee \sim q \vee \sim r$
 (B) $p \wedge q \wedge \sim r$
 (C) $p \wedge q \wedge r$
 (D) $\sim p \vee q \wedge r$

QUESTÃO 15

Sejam os 3 conjuntos:

$$A = \{n \in \mathbb{N} \mid 75 \leq n \leq 100\}, B = \{n \in \mathbb{N} \mid n = 5k, k \in \mathbb{N}\} \text{ e } C = \{n \in \mathbb{N} \mid n \text{ é divisível por } 10\}.$$

Quantos elementos tem o conjunto obtido pela diferença $(A \cap B) \setminus (A \cap C)$?

- (A) 1.
 (B) 2.
 (C) 3.
 (D) 6.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Questões de 16 a 20****QUESTÃO 16**

No LibreOffice Writer versão 26.2.1, os atalhos de teclado são utilizados para agilizar a edição e formatação de textos. Considere que o símbolo “+” denota a combinação de teclas pressionadas simultaneamente. Para sublinhar um texto selecionado, a combinação a ser utilizada é

- (A) Ctrl + B.
 (B) Ctrl+ I.
 (C) Ctrl + U.
 (D) Ctrl + S.

QUESTÃO 17

No navegador Google Chrome – Versão 142.0.7444.176 (Versão oficial) 64 bits operado em ambiente Windows, os atalhos de teclado são amplamente utilizados para tornar a navegação mais rápida e eficiente. Considere que o símbolo “+” denota a combinação de teclas pressionadas simultaneamente. Para abrir uma nova aba, a combinação a ser utilizada é

- (A) Ctrl + N.
 (B) Ctrl + W.
 (C) Ctrl + T.
 (D) Ctrl + Shift + N.

QUESTÃO 18

No Google Drive, ao compartilhar um arquivo com a permissão de visualização, o usuário destinatário terá acesso ao conteúdo conforme os limites definidos por esse tipo de permissão. Nesse contexto, o destinatário poderá

- (A) acessar o arquivo para leitura e realizar alterações por meio de sugestões.
- (B) visualizar o conteúdo do arquivo, podendo ou não efetuar o download, conforme as restrições definidas pelo proprietário.
- (C) editar diretamente o arquivo, desde que possua conta Google vinculada ao domínio do proprietário.
- (D) alterar permissões de acesso apenas para outros usuários convidados posteriormente.

QUESTÃO 19

Considere que o símbolo de soma denota combinação de teclas. No Windows 11, além do atalho Alt + Tab, que exibe uma visualização com todos os aplicativos abertos, existe um atalho que permite alternar diretamente entre janelas abertas, sem exibir essa visualização de seleção. Esse atalho é

- (A) Ctrl + Tab.
- (B) Ctrl + Alt + Del.
- (C) Win + Tab.
- (D) Alt + Esc.

QUESTÃO 20

No LibreOffice Calc Versão 7.6.5.2, as células contíguas A1 a A4 estão populadas respectivamente com os seguintes valores: 4, 5, 12, e -3. A fórmula que ocasiona o valor -42 é a

- (A) =SOMA(A1:A4)*-2.
- (B) =SOMA(A1:A3)*4.
- (C) =SOMA(A1:A3)*-2.
- (D) =SOMA(A1:A4)*-4.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO**Questões de 21 a 30****QUESTÃO 21**

Nos termos expressos na Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer, entre outros, aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) razoabilidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade do serviço público.

QUESTÃO 22

Um servidor público toma decisão legal, mas que gera reprovação social por contrariar valores compartilhados pela comunidade. Considerando distinções entre ética e moral, a situação evidencia que a moral

- (A) possui o mesmo conteúdo da ética, em que pese a esfera moral estar relacionada à legalidade.
- (B) relaciona-se a valores culturais e sociais, enquanto a ética envolve reflexão racional sobre o modo correto de agir.
- (C) determina-se pelos princípios filosóficos, ao passo que a ética decorre de costumes locais e saberes populares.
- (D) vincula decisões legais, pois a moralidade administrativa corresponde à moral social e à cultura local.

QUESTÃO 23

Um servidor municipal fiscaliza estabelecimentos e determina a interdição temporária de espaço por risco sanitário, sem intervenção judicial. A atuação corresponde ao

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder regulamentar.
- (D) poder de polícia.

QUESTÃO 24

Após o planejamento da contratação, ocorre a etapa de verificação da habilitação das licitantes e de exame das propostas, culminando com o julgamento. Essa fase corresponde à fase de

- (A) execução contratual.
- (B) seleção do fornecedor.
- (C) recursos.
- (D) gestão orçamentária.

QUESTÃO 25

Servidor utiliza bens e serviços públicos para construir muro de sua chácara. À luz dos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429/1992, a conduta caracteriza

- (A) irregularidade, seja por dolo ou culpa, sem repercussão na Lei de Improbidade.
- (B) improbidade por dano ao erário, independente de dolo.
- (C) improbidade por enriquecimento ilícito, com necessidade de demonstração de dolo.
- (D) irregularidade por violação abstrata de princípios, independente de dolo.

QUESTÃO 26

Considerando o sistema orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

- (A) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estimando receitas e despesas anuais.
- (B) tem sua elaboração orientada pela Lei Orçamentária Anual, definindo a política de gastos públicos.
- (C) tem sua elaboração orientada pela Lei Orçamentária Anual, estabelecendo o orçamento fiscal e da seguridade.
- (D) orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, estabelecendo metas e prioridades da Administração.

QUESTÃO 27

Ao receber pedido de acesso a informações de interesse geral, considerando a Lei nº 12.527/2011, o órgão público, por meio do servidor responsável,

- (A) deve responder em até vinte dias para indicar agenda de consulta, sendo o prazo improrrogável.
- (B) pode apresentar esclarecimento complementar em até trinta dias após análise inicial.
- (C) deve conceder acesso imediato ou responder em até vinte dias, com possível prorrogação por dez dias mediante justificativa.
- (D) pode encaminhar o pedido a outra entidade em até vinte dias, que terá até 10 dias, mediante justificativa, para responder.

QUESTÃO 28

Para garantir a proteção de dados sob o seu domínio, o poder público

- (A) deve tratar dados pessoais para fins de interesse público, com base em competências legais, indicar finalidades, hipóteses de tratamento e encarregado, e compartilhar dados com particulares nos casos estritamente previstos na LGPD.
- (B) deve exigir, para o tratamento de dados pessoais, em todas as hipóteses, consentimento expresso do titular, ainda que a administração atue para cumprir competências legais, executar políticas públicas ou compartilhar dados em razão de convênios específicos.
- (C) pode transferir livremente bancos de dados completos a entidades privadas, desde que mencione cláusula genérica de cooperação em instrumento contratual, sem necessidade de finalidade delimitada ou de publicidade prévia do compartilhamento realizado.
- (D) deve seguir as regras estabelecidas na LGPD para o tratamento de dados pessoais, exceto no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, por seguirem o regime jurídico próprio das empresas privadas.

QUESTÃO 29

A Lei nº 1.488/2010 estabelece que o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passa por etapa inicial de desempenho funcional, cujo prazo, requisitos avaliativos e efeitos estão definidos no texto legal. De acordo com essa disciplina normativa, o estágio probatório tem duração de

- (A) dois anos, aplicável também aos ocupantes de cargos em comissão, exigindo, nesse caso, a comprovação de presença ao serviço e entrega das declarações funcionais iniciais.
- (B) dois anos, contados da posse, sendo avaliado pelo chefe imediato quanto à assiduidade e ao cumprimento das rotinas administrativas.
- (C) três anos, calculado desde a nomeação, sendo a análise baseada na produtividade individual e no resultado das metas funcionais.
- (D) três anos, contados do início do exercício, com avaliação por comissão quanto à idoneidade moral, assiduidade, pontualidade, disciplina, aptidão e eficiência.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, no tocante aos direitos e vantagens assegurados aos servidores públicos municipais, a jornada de trabalho normal do servidor

- (A) pode alcançar até oito horas diárias, desde que não ultrapasse as quarenta e quatro horas semanais.
- (B) pode alcançar até oito horas diárias, desde que não ultrapasse as quarenta horas semanais.
- (C) impõe remuneração do serviço extraordinário quando excedida, que deve corresponder ao mesmo valor da hora normal, acrescido de 100%.
- (D) impõe remuneração do serviço ordinário quando excedida, que deve corresponder ao mesmo valor da hora normal, acrescido de 100%.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

A inserção do psicólogo em equipes multiprofissionais, como no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) ou Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), impõe o desafio de conciliar o sigilo profissional com a necessidade de trabalho colaborativo. De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, ao compartilhar informações com profissionais de outras categorias (assistentes sociais, médicos e enfermeiros), o psicólogo

- (A) restringirá o compartilhamento apenas às informações estritamente necessárias para a tomada de decisão que vise o benefício do usuário, resguardando o caráter confidencial das comunicações e dos dados que não subsidiem diretamente a intervenção conjunta.
- (B) disponibilizará integralmente o prontuário do usuário, uma vez que o conceito de sigilo compartilhado no Sistema único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) transfere a responsabilidade ética para toda a equipe técnica, e não apenas para o psicólogo.
- (C) considerará o sigilo profissional dispensável nas reuniões de equipe, visto que a confidencialidade é um direito do usuário apenas em relação a pessoas externas à instituição de saúde ou assistência.
- (D) omitirá quaisquer informações subjetivas ou diagnósticas, limitando sua participação ao fornecimento de dados de frequência e adesão, sob pena de infração ética por quebra de sigilo.

QUESTÃO 32

O conceito de "questão social" é fundamental para a compreensão da realidade brasileira e estrutura a base teórica do Serviço Social, influenciando diretamente a atuação interdisciplinar com a psicologia nas políticas de seguridade. A leitura dessa categoria, de acordo com as diretrizes do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social e das Referências Técnicas do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas/Conselho Federal de Psicologia, orienta que expressões da questão social como pobreza, violência e exclusão enfrentadas pelos usuários sejam compreendidas como

- (A) disfuncionalidades pontuais do sistema de proteção social geradas pela "ausência do Estado", que devem ser corrigidas por meio de políticas focalizadas na gestão de riscos e no aprimoramento gerencial dos benefícios de transferência de renda.
- (B) fenômenos de desadaptação psicossocial que, embora possuam raízes econômicas, manifestam-se sobretudo como "refratariedade" do usuário às normas sociais, exigindo intervenções focadas no resgate da funcionalidade familiar e na reeducação de hábitos.
- (C) novas configurações culturais de exclusão que, na pós-modernidade, desvincularam-se da contradição capital-trabalho, passando a ser fenômenos identitários e simbólicos que demandam o reconhecimento da diversidade e a valorização das vozes silenciadas.
- (D) expressões das contradições estruturais entre capital e trabalho que se manifestam na vida cotidiana, não sendo passíveis de solução apenas na esfera terapêutica ou individual, mas exigindo a materialização de direitos e o posicionamento político diante das desigualdades.

QUESTÃO 33

Ao considerar a utilização de qualquer instrumento padronizado em um processo de avaliação psicológica ou ao analisar documentos técnicos provenientes de outros serviços, o psicólogo deve compreender os conceitos psicométricos fundamentais para garantir a qualidade ética do trabalho. O parâmetro que indica se um teste mede, de fato, o construto teórico que se propõe a avaliar, legitimando as inferências feitas a partir de seus escores, é denominado tecnicamente como

- (A) padronização, que assegura a uniformidade dos procedimentos de aplicação e interpretação, permitindo a comparação dos resultados brutos com uma amostra normativa representativa da população-alvo.
- (B) normatização, que define os critérios de conversão dos escores brutos em medidas padronizadas, como percentis ou escores padrão, permitindo situar o sujeito dentro da curva normal de distribuição.
- (C) validade, entendida como o grau em que o acúmulo de evidências teóricas e empíricas suporta as inferências feitas a partir dos escores do teste, abrangendo aspectos de conteúdo, critério e construto.
- (D) fidedignidade, assegurando que o instrumento está livre de erros de medida sistemáticos, garantindo que variações nos resultados reflitam diferenças reais no traço latente e não flutuações aleatórias.

QUESTÃO 34

Leia o caso a seguir.

Um psicólogo que atua em uma equipe multiprofissional de alta complexidade foi solicitado pela coordenação para avaliar se a metodologia de abordagem utilizada pela equipe com um determinado grupo de adolescentes está adequada ao desenvolvimento cognitivo dessa faixa etária. O profissional não realizou um psicodiagnóstico dos adolescentes, mas possui competência teórica para responder à consulta.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 06/2019, o documento pertinente a ser elaborado, que visa dirimir dúvidas de ordem técnica sem necessariamente descrever um processo de avaliação de pessoas, é

- (A) o relatório psicológico, pois este é o instrumento padrão para comunicar a atuação profissional em contextos institucionais, devendo conter a descrição da demanda e o procedimento técnico adotado, finalizando com recomendações.
- (B) o parecer psicológico, caracterizado como um pronunciamento fundamentado e especializado sobre uma questão focal ou consulta técnica, cuja conclusão pode ser indicativa ou resolutive, não se restringindo a resultados de avaliação de casos clínicos.
- (C) o laudo psicológico, uma vez que qualquer manifestação técnica do psicólogo que envolva análise de conduta ou fenômenos psicológicos exige a estrutura de laudo, contendo análise fundamentada e conclusão diagnóstica.
- (D) o atestado psicológico, por ter como finalidade certificar, de forma sucinta, uma condição técnica perante a gestão, validando a metodologia adotada pela equipe com base na fé pública do profissional e brevidade nas informações.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

Em um grupo de famílias no CRAS observa-se que, diante da proposta de trabalhar as vulnerabilidades do território, os participantes passam sistematicamente a desviar o assunto para temas banais, apresentam atrasos recorrentes ou adotam uma postura de espera passiva por soluções mágicas vindas do psicólogo.

Sob a ótica da teoria dos Grupos Operativos, esse momento em que o grupo se organiza implicitamente para não entrar na tarefa principal é tecnicamente denominado como

- (A) coesão grupal, interpretada paradoxalmente como uma aliança defensiva grupal, onde a sintonia e a união dos membros ocorrem exclusivamente em torno do pacto inconsciente de boicotar o trabalho para manter o *status quo*.
- (B) transferência negativa, manifestada através da recusa hostil e silenciosa em aceitar as intervenções do coordenador, projetando nele a figura de um perseguidor autoritário que deve ser anulado pela indiferença.
- (C) pré-tarefa, caracterizada pela dissociação entre o pensar, o sentir e o agir, operando como uma técnica defensiva para evitar o contato com as ansiedades básicas (medo da perda e medo do ataque) que a mudança provocaria.
- (D) fase de aquecimento, um estágio positivo e necessário de socialização indiscriminada, onde as conversas banais cumprem a função preliminar de estabelecer o vínculo de confiança (*rapport*) antes da entrada na etapa de produção.

QUESTÃO 36

Dada a alta demanda e a natureza do trabalho em instituições públicas, o psicólogo frequentemente utiliza referenciais da Psicoterapia Breve. Diferente da clínica tradicional de longo prazo, onde a "atenção flutuante" permite a emergência livre do material, a técnica breve exige uma postura mais ativa do terapeuta no planejamento da intervenção. A característica técnica central que define essa modalidade clínica e a diferencia do simples aconselhamento ou da terapia de apoio é

- (A) o uso predominante de técnicas de supressão de sintomas e reforço das defesas egóicas, evitando-se a interpretação de conflitos inconscientes sob a justificativa técnica de que o tempo reduzido impede o manejo seguro da angústia mobilizada.
- (B) o foco na diretividade pedagógica, onde o terapeuta assume uma função educativa para ensinar estratégias de resolução de problemas e prescrever comportamentos adaptativos, visando a reabilitação social imediata.
- (C) a flexibilidade total do *setting* clínico, permitindo que o paciente defina a duração do tratamento e a frequência das sessões conforme sua disponibilidade de agenda, caracterizando a clínica de "portas abertas".
- (D) a delimitação de um foco terapêutico, conflito nuclear ou situação-problema, e a interpretação ativa das resistências e defesas que tentam afastar o trabalho desse eixo central, utilizando a negligência seletiva para outros conteúdos.

QUESTÃO 37

A Psicologia Sócio-Histórica fundamenta muitas das práticas no SUAS ao propor a crítica à naturalização da pobreza. Ao trabalhar com um grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade que reproduzem discursos de autculpabilização, a intervenção deve visar à transformação da consciência e à potência de ação. Sob a ótica dessa abordagem, o processo de mudança subjetiva ocorre fundamentalmente quando há

- (A) a reestruturação cognitiva das crenças centrais de desvalia, permitindo que as usuárias identifiquem distorções na percepção de si mesmas e desenvolvam estratégias de *coping* focadas na autoeficácia individual e na adaptação funcional ao meio.
- (B) a vivência de uma experiência emocional corretiva no grupo, onde a catarse coletiva e a análise das ressonâncias inconscientes permitem elaborar os traumas primários, liberando a energia psíquica antes fixada na queixa.
- (C) a produção de novos sentidos pessoais a partir da apropriação dialética dos significados sociais, possibilitando que o sujeito compreenda sua condição não como destino individual ou biológico, mas como síntese de relações sociais e históricas.
- (D) a promoção da adaptação comportamental frente às carências materiais, incentivando a solidariedade comunitária como uma estratégia compensatória para que as famílias suportem a ausência do Estado sem conflitos ou reivindicações.

QUESTÃO 38

A anedonia é um dos dois sintomas cardinais exigidos para o diagnóstico de um Episódio Depressivo Maior. Clinicamente, a anedonia não deve ser confundida com outros estados afetivos negativos ou de inibição, ela é tecnicamente definida como

- (A) a diminuição acentuada do interesse ou prazer em todas, ou quase todas, as atividades, inclusive naquelas que anteriormente eram consideradas agradáveis pelo sujeito.
- (B) uma incapacidade de iniciar e persistir em atividades dirigidas a objetivos, manifestando-se como uma falta de vontade ou energia para realizar tarefas.
- (C) um estado de humor irritável ou de descontentamento profundo, em que o indivíduo reage com hostilidade a estímulos ambientais neutros.
- (D) a indiferença afetiva em relação a si mesmo e ao entorno, acompanhada de uma sensação de distanciamento ou de irrealidade do próprio corpo.

QUESTÃO 39

Na avaliação psicopatológica de pacientes com Esquizofrenia, a identificação dos sintomas negativos é desafiadora, pois eles podem ser confundidos com sintomas depressivos ou efeitos colaterais de medicação. No contexto clínico, consideram-se sintomas negativos primários dessa psicopatologia:

- (A) as alucinações auditivas, os delírios persecutórios e o comportamento motor desorganizado.
- (B) o tremor de repouso, a rigidez muscular e a acatisia.
- (C) a insônia terminal, os sentimentos de culpa excessiva e a ideação suicida recorrente.
- (D) o embotamento afetivo, a alogia e a avolia persistentes.

QUESTÃO 40

Nos transtornos por uso de substâncias, os critérios farmacológicos de adaptação neurobiológica são indicadores de gravidade. O fenômeno da tolerância é clinicamente evidenciado quando o usuário relata

- (A) o surgimento de sinais e sintomas físicos e psíquicos desconfortáveis, como tremores, ansiedade ou sudorese quando a substância é interrompida ou reduzida.
- (B) a necessidade de quantidades maiores da substância para atingir a intoxicação ou o efeito desejado, ou um efeito acentuadamente menor com o uso da mesma quantidade.
- (C) um desejo intenso e incontrolável de consumir a substância (*craving*), desencadeado por pistas ambientais ou emocionais associadas ao uso anterior.
- (D) a persistência no uso da substância mesmo ciente dos problemas sociais, interpessoais ou físicos persistentes ou recorrentes causados ou exacerbados por ela.

QUESTÃO 41

O psicólogo que atua no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), deve ter clareza sobre o caráter preventivo da Proteção Social Básica. Diferente da atuação na Proteção Social Especial (PSE), o trabalho psicossocial no PAIF tem como escopo

- (A) o acompanhamento especializado a famílias que já vivenciaram violação de direitos, como violência doméstica ou negligência, visando à reparação dos danos psicossociais e à responsabilização dos agressores.
- (B) a realização de psicodiagnóstico clínico para identificar transtornos mentais incipientes na comunidade, encaminhando os casos graves para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e tratando os leves na própria unidade.
- (C) a focalização das ações no controle das condicionalidades, utilizando a visita domiciliar com caráter fiscalizatório e punitivo para garantir que as famílias cumpram as contrapartidas exigidas pelo governo.
- (D) a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, atuando antes que ocorra a ruptura desses laços ou a violação de direitos.

QUESTÃO 42

A não adesão ao tratamento em doenças crônicas é um fenômeno multideterminado, fatores do paciente, da doença, do tratamento, do sistema de saúde. Contudo, a Psicologia Hospitalar destaca que a qualidade da interação profissional-paciente é um preditor central. Nesse contexto, constitui especificamente uma barreira relacional/comunicacional para a adesão, a

- (A) ocorrência de efeitos colaterais adversos e a complexidade posológica do regime medicamentoso, que exigem mudanças drásticas no estilo de vida do paciente.
- (B) adoção de um modelo de comunicação prescritivo pela equipe, que desconsidera o saber leigo e as condições de vida do usuário, falhando em construir uma decisão compartilhada.
- (C) presença de crenças culturais fatalistas no paciente, que percebe a doença como vontade divina e, portanto, imune à intervenção médica.
- (D) assintomaticidade da doença em seus estágios iniciais como na hipertensão, que não fornece *feedback* somático imediato ao paciente sobre a eficácia da medicação.

QUESTÃO 43

Na avaliação de risco de suicídio em serviços de urgência ou acolhimento, o psicólogo deve distinguir fatores de risco estáticos (históricos) de sinais de perigo iminente (urgência). Embora o histórico de tentativas prévias seja o preditor estatístico mais forte para uma futura tentativa, exigindo intervenção diretiva imediata, como a quebra de sigilo ou internação involuntária, se necessário, é caracterizado pela tríade:

- (A) ambivalência afetiva intensa em relação à morte, histórico familiar positivo para suicídio e presença de transtorno de humor não tratado.
- (B) impulsividade como traço de personalidade, isolamento social crônico e verbalização de sentimentos de desesperança em relação ao futuro.
- (C) intencionalidade com planejamento exequível e acesso aos meios, somada à constrição cognitiva que impede a flexibilização de alternativas de resolução de problemas.
- (D) ocorrência de automutilação sem intenção suicida frequente, utilizada como mecanismo de regulação emocional para alívio de dores psíquicas insuportáveis.

QUESTÃO 44

No contexto de cuidados paliativos e terminalidade, o psicólogo frequentemente se depara com a "Conspiração do Silêncio", em que familiares solicitam que a equipe não comunique ao paciente a gravidade de seu quadro ou a proximidade da morte. Diante desse impasse ético e técnico, a intervenção psicológica deve pautar-se na compreensão de que

- (A) o silêncio muitas vezes reflete a incapacidade da família em lidar com a própria dor. Cabe ao psicólogo acolher a angústia dos familiares e mediar a comunicação, visando restituir ao paciente sua autonomia e o direito de saber, respeitando seu tempo e desejo.
- (B) o princípio da beneficência justifica a omissão da verdade. Essa prática configura a chamada "mentira piedosa" e é adotada quando a equipe avalia que a notícia poderá causar um colapso emocional irreversível no paciente fragilizado.
- (C) a família possui a prerrogativa legal e moral de filtrar as informações médicas, devendo o psicólogo respeitar o pacto de silêncio como estratégia para manter a aliança terapêutica com os cuidadores no contexto da terminalidade.
- (D) a verdade deve ser comunicada de forma integral pela equipe médica. Independentemente da estrutura e resistência emocional do paciente, deve prevalecer o dever legal de informação, visando-se assegurar transparência e evitar processos judiciais.

QUESTÃO 45

A Política de Redução de Danos, adotada oficialmente pelo Ministério da Saúde para o cuidado a usuários de álcool e outras drogas, estabelece uma mudança de paradigma em relação aos modelos tradicionais focados exclusivamente na abstinência. No cotidiano dos serviços como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e as equipes de Consultório na Rua, a aplicação ética da Redução de Danos (RD) implica compreender que

- (A) a abstinência deve ser evitada como meta terapêutica, pois a proposta ética da redução de danos considera que a interrupção total do consumo gera, invariavelmente, o "efeito rebote" e o agravamento da fissura, sendo clinicamente contraindicada.
- (B) a redução de danos é indicada como uma estratégia de caráter excepcional para casos crônicos e refratários, onde as tentativas anteriores de tratamento voltadas para a abstinência já fracassaram e não há mais prognóstico de recuperação social.
- (C) a estratégia clínica deve orientar-se pelo pragmatismo e pela construção singular de metas, admitindo objetivos intermediários, como redução da frequência ou uso protegido, para usuários que não conseguem ou não desejam a abstinência imediata.
- (D) a intervenção no âmbito da redução de danos prioriza os processos de transmissão de informações sobre os riscos biológicos do uso, partindo da premissa de que a conscientização cognitiva sobre os danos à saúde é o principal motor para a mudança de comportamento.

QUESTÃO 46

No âmbito da seguridade social brasileira, a assistência social diferencia-se de outras políticas por sua forma de acesso e pela natureza da proteção oferecida. Para garantir a materialização de direitos no cotidiano profissional, o psicólogo deve compreender seus fundamentos. Sob a ótica da Lei Orgânica da Assistência Social e do texto constitucional, a Assistência Social define-se como política pública

- (A) não contributiva, configurada como direito do cidadão e dever do Estado, que visa à garantia de mínimos sociais e ao provimento de condições para atender contingências sociais, destinada a quem dela necessitar.
- (B) de caráter contributivo e securitário, estruturada sob a lógica do equilíbrio financeiro e atuarial, na qual o acesso aos serviços e benefícios pressupõe a filiação prévia e o aporte de recursos por parte do beneficiário.
- (C) universal e irrestrita em sua cobertura, garantindo o acesso indistinto a todos os cidadãos, independentemente de critérios de elegibilidade ou vulnerabilidade, operando sob a lógica do direito universal de cidadania.
- (D) organizada como política de caráter discricionário da administração pública, orientada por decisões circunstanciais de governo, com provisões definidas prioritariamente por critérios de oportunidade administrativa e disponibilidade orçamentária.

QUESTÃO 47

Na atuação do psicólogo no SUS e no SUAS, a compreensão dos mecanismos de participação e controle social é essencial, uma vez que as decisões tomadas nesses espaços incidem diretamente sobre o planejamento, o financiamento e a execução das políticas públicas. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.142/1990), bem como a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), atribuem aos Conselhos de Saúde e de Assistência Social caráter permanente e deliberativo. Na prática político-administrativa, essa natureza deliberativa significa que

- (A) o Conselho atua como órgão de assessoramento superior, emitindo recomendações técnicas que subsidiam a tomada de decisão do gestor, o qual preserva sua autonomia administrativa para acatar ou não as pautas conforme a conveniência e oportunidade.
- (B) as resoluções aprovadas pelo Pleno, após homologadas, vinculam o Executivo à execução das diretrizes e planos, retirando do gestor a discricionariedade para alterar unilateralmente o que foi pactuado, salvo por ilegalidade.
- (C) a legitimidade das decisões do Conselho depende da ratificação posterior pela Câmara Municipal, uma vez que a aprovação do orçamento e das contas públicas é competência privativa do Poder Legislativo, não cabendo à sociedade civil essa prerrogativa.
- (D) as prerrogativas deliberativas restringem-se à formulação das diretrizes políticas gerais, sendo vedada a interferência do Conselho na fiscalização da execução financeira e orçamentária, que é atribuição exclusiva dos órgãos de controle interno e externo.

QUESTÃO 48

Leia o caso a seguir.

Um psicólogo está participando da elaboração de um projeto de enfrentamento à violência doméstica, sendo responsável por pensar no monitoramento da intervenção. Para aferir a efetividade da intervenção, diferenciando-a da simples eficiência ou qualidade, ele deve selecionar um indicador que mensure a transformação gerada na realidade do público-alvo.

Nesse contexto técnico, corresponde a um indicador de efetividade

- (A) a taxa de cobertura territorial das campanhas educativas, calculada pelo percentual de domicílios visitados em relação à meta estabelecida no plano de ação.
- (B) o custo médio por atendimento psicossocial realizado, evidenciando a otimização dos recursos financeiros na execução das atividades pactuadas.
- (C) o índice de satisfação dos usuários com a qualidade técnica do acolhimento e com a infraestrutura das salas de atendimento individualizado.
- (D) a redução da reincidência de violações de direitos nas famílias acompanhadas, verificada após doze meses de vínculo continuado com o serviço.

QUESTÃO 49

Na atuação conjunta do psicólogo e do assistente social na Proteção Social Básica, no Centro de Referência de Assistência Social, ou na Atenção Primária à Saúde, em uma unidade básica de saúde, a integralidade do cuidado depende da articulação entre a especificidade técnica de cada profissão e as ações colaborativas. Para o psicólogo que atua nesses dispositivos, é fundamental distinguir o que é próprio de sua área daquilo que deve ser construído em conjunto. Sob essa ótica, constitui uma atividade de caráter interprofissional, essencial para a dinâmica dessas equipes,

- (A) a atribuição do acompanhamento a um técnico de referência que centralize a condução do caso e as decisões sobre as diferentes dimensões da demanda, garantindo a continuidade do cuidado e evitar a sobreposição de intervenções da equipe.
- (B) a realização de acolhimento, a visita domiciliar e a articulação de rede, visando à leitura ampliada das vulnerabilidades do território e à construção de projetos de vida que fortaleçam a autonomia e o protagonismo dos sujeitos.
- (C) a adoção da polivalência funcional na triagem, permitindo a intercambialidade na aplicação de instrumentos técnicos privativos para agilizar o fluxo de atendimento, com o objetivo de reduzir as filas de espera e otimizar os recursos humanos.
- (D) a condução de grupos terapêuticos estruturados em referenciais clínicos específicos que priorizem intervenções continuadas de aprofundamento subjetivo, com a finalidade de tratar as psicopatologias identificadas durante o processo de acolhimento.

QUESTÃO 50

À luz da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, a organização da política municipal de saúde deve observar os princípios constitucionais e as diretrizes de descentralização. O art. 91 define a natureza jurídica da participação do Município nesse sistema unificado. O texto legal estabelece expressamente que o Município atuará na condição de

- (A) agente executor do sistema, assumindo a prestação dos serviços e assegurando a efetiva participação popular na formulação e fiscalização das políticas, com ênfase nos programas de atendimento à mulher, à criança, ao deficiente e ao idoso.
- (B) agente normatizador supletivo, cabendo-lhe a função primordial de legislar sobre vigilância sanitária e complementar as normas estaduais, enquanto a execução direta dos serviços de assistência médica permanece sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde.
- (C) ente subsidiário da rede regionalizada, devendo intervir na assistência à saúde apenas quando esgotada a capacidade de atendimento da rede privada e filantrópica contratada, priorizando o repasse de recursos para entidades do terceiro setor.
- (D) gestor pleno da alta complexidade, concentrando os recursos do Fundo Municipal de Saúde no custeio de hospitais de referência, visto que a atenção básica e preventiva é de competência concorrente da União através dos programas de saúde da família.

RASCUNHO**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Um psicólogo integrante da equipe técnica de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) participa do planejamento de um projeto de prevenção à violência doméstica em território vulnerável, deparando-se com dois impasses institucionais: a exigência da gestão de que o conteúdo integral dos atendimentos psicológicos seja registrado em um sistema único de acesso irrestrito aos demais servidores e a determinação de que o sucesso da intervenção será mensurado exclusivamente pela quantidade de visitas domiciliares realizadas. Considerando as prerrogativas do Código de Ética Profissional e os fundamentos metodológicos sobre o planejamento e a avaliação de projetos sociais, analise criticamente a pertinência dessas demandas e fundamente as medidas necessárias para reorientar a execução do projeto, visando assegurar a proteção dos usuários e a real eficácia das ações, articulando a dimensão técnica ao compromisso social da profissão.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30